



CRIANÇA E ADOLESCENTE

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 03 | Julho/Set | Ano 2021

Índice

03

Notícias

20

Projetos/Ações Estratégicas

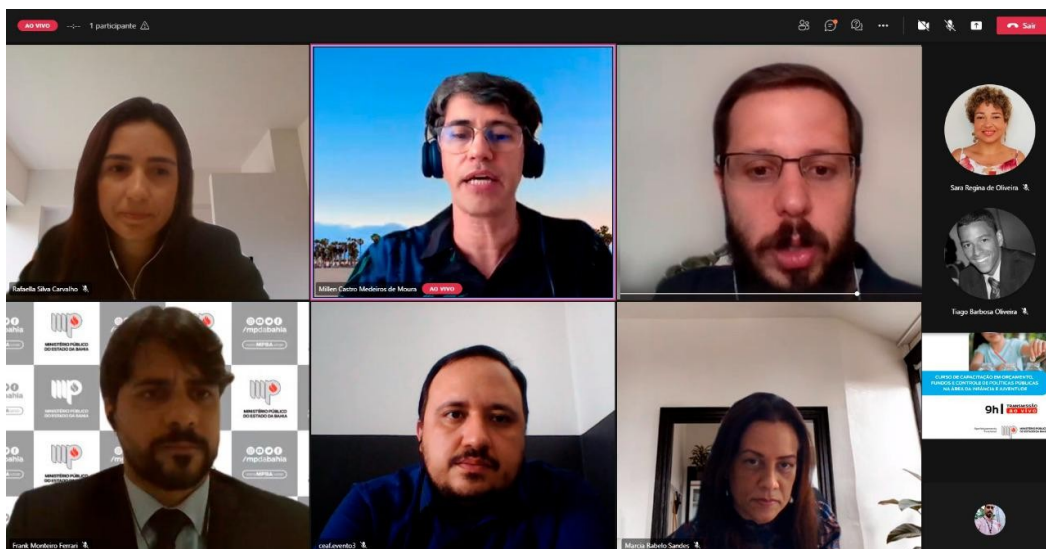
24

Cursos/Eventos/Reuniões

1- Notícias

MP/Ba:

MP promove curso de capacitação em Orçamento Criança e Adolescente



Os processos e protocolos relacionados à implantação do Orçamento Criança e Adolescente (OCA) foram apresentados na manhã de hoje (30) durante o curso de capacitação em 'Orçamento, fundos e controle de políticas públicas na área da infância e juventude', promovido pelo Ministério Público estadual. A abertura da capacitação foi feita pelos promotores de Justiça Tiago Quadros, coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf); e Millen Castro, gerente do projeto 'Infância em Primeiro Lugar' e integrante do Grupo de Trabalho, Articulação e Monitoramento Infância Juvenil (GTI) do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca).

“Não podemos falar em direito da criança e do adolescente sem falarmos em políticas públicas. Por isso a importância de conhecermos o funcionamento do OCA, já que previsão orçamentária não significa efetivamente que aquilo que está previsto irá acontecer”, destacou o promotor de Justiça Millen Castro. A programação foi aberta com a palestra 'Orçamento Criança e Adolescente e sua metodologia', que foi ministrado pelo doutor em Ciência Política e líder do programa 'Prefeito Amigo da Criança' da Fundação Abrink, Fernando Gonçalves Marques. O OCA foi criado pela Fundação Abrink, Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef) e Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) para definir os gastos governamentais e disponibilizar à sociedade informações sobre planejamento e execução de despesas em benefícios de crianças e adolescentes.

Fonte: Cecom MP



Roda de conversa debate estratégias para uma atuação resolutiva na efetivação de programas de trabalho para jovens

O Ministério Público estadual promoveu na manhã dessa sexta-feira (13) uma roda de conversa sobre 'Aprendizagem e trabalho infantil: Estratégias para uma atuação resolutiva', que contou com a apresentação de relatos e experiências de projetos que buscam oferecer oportunidades de trabalho para os jovens acima de 14 anos. O evento foi aberto pelos promotores de Justiça Tiago de Almeida Quadros, coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) e Karine Campos Espinheira, gerente do projeto 'Cidadão Aprendiz' e membro do Grupo de Trabalho, Articulação e Monitoramento Infância Juvenil (GTI) do Centro de Apoio Operacional de Crianças e Adolescentes (Caoca). "Esses projetos de trabalho para os jovens provocam uma verdadeira transformação social na vida deles. É um benefício amplo cujos resultados alcançam as famílias", destacou a promotora de Justiça Karine Campos Espinheira. Ela complementou que o MP busca fortalecer as parcerias existentes e oportunizar contatos com novas instituições, além de "interiorizar as ações de trabalho nos municípios baianos".

Fonte: Cecom MP



[Veja a matéria completa](#)



MP referencia o Dia Estadual de Combate aos Homicídios e à Impunidade

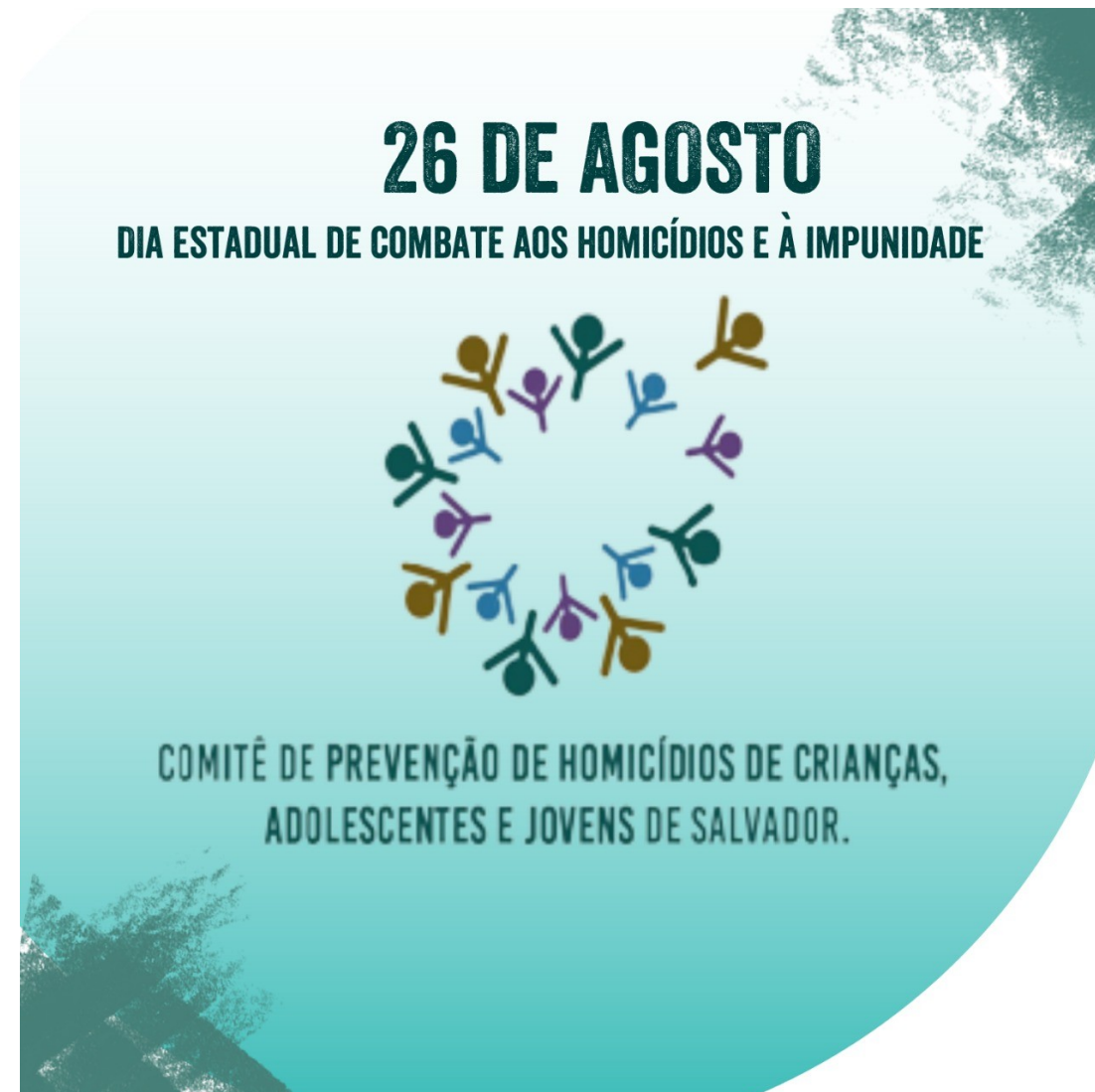
Em referência ao Dia Estadual de Combate aos Homicídios e à Impunidade, 26 de agosto, o Ministério Público Estadual através das ações realizadas pelo Comitê Interinstitucional de Prevenção de Homicídios de Crianças, Adolescentes e Jovens de Salvador, reforça a importância da união de forças no combate e na prevenção dos homicídios.

De acordo com dados levantados pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), a taxa de homicídios em Salvador apresentou um aumento de 52% entre os anos de 2016 a 2019, o que indica e sinaliza a necessidade de fortalecimento de políticas intersetoriais de prevenção social comunitária.

O Comitê Interinstitucional de Prevenção de Homicídios de Crianças, Adolescentes e Jovens de Salvador foi institucionalizado em 2018, através da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Bahia, com o propósito de articular ações e promover a criação de políticas públicas com recorte de gênero e raça junto aos Sistemas de Justiça, de Segurança Pública, de Garantia de Direitos local e estadual, sociedade civil, setor privado, universidades, redes, lideranças comunitárias e de adolescentes, em prol da prevenção de homicídios na capital baiana.

Após a suspensão das reuniões em decorrência da pandemia, o Comitê retornou às atividades remotamente em junho deste ano, pela formalização da posse dos membros do Grupo Gestor, integrado por doze instituições públicas e privadas além do MP, como o Estado da Bahia; o Poder Judiciário do Estado da Bahia; a Assembleia Legislativa da Bahia; a Defensoria Pública da Bahia; o Município de Salvador; a Câmara Municipal de Salvador; o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador; a Unicef; o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Rousan - CEDECA-BA; a Comunicação Interativa - Cipó e a Educação e Mobilização Social (AVANTE).

Fonte: Cecom MP *Estagiária de jornalismo sob supervisão de Elane Varjão (MTB-5400/BA)



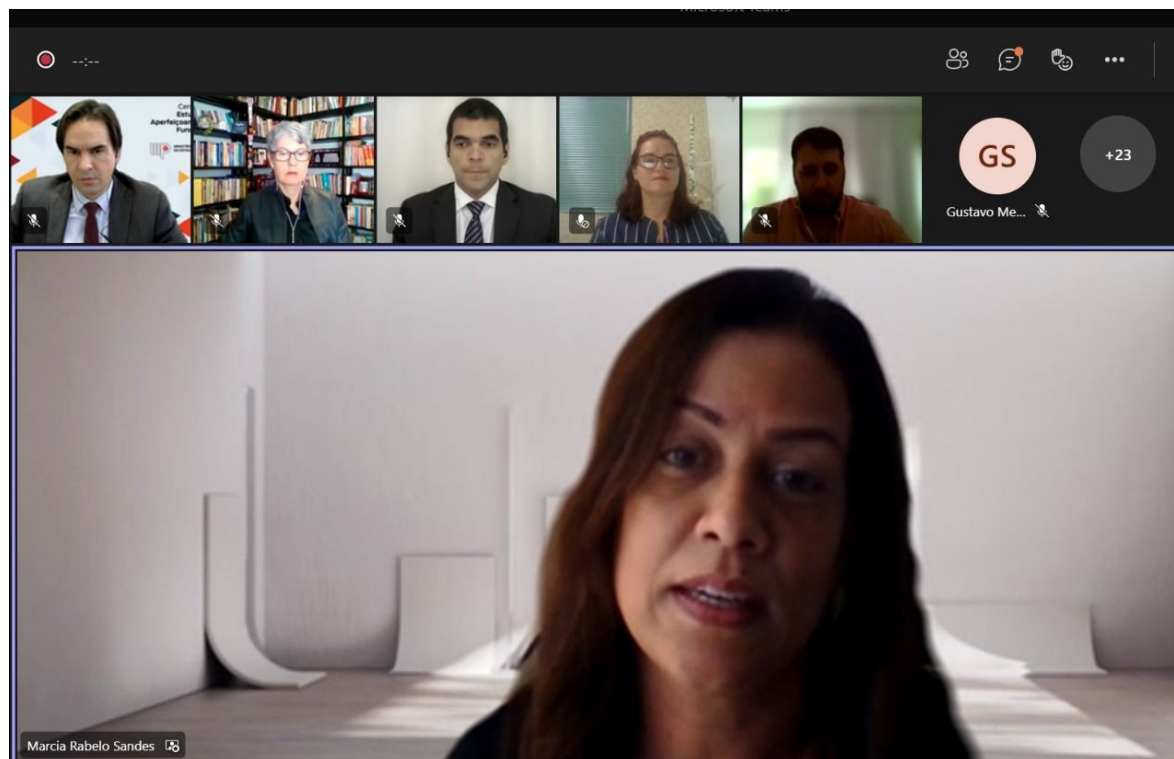
Direitos das crianças e adolescentes em ambiente digital é tema de curso no MP

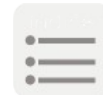
Os riscos dos conteúdos eletrônicos violadores dos direitos da infância e da juventude foi tema de discussão na manhã dessa segunda-feira (30), na abertura do curso online de capacitação em defesa dos direitos de crianças e adolescentes promovido pelo Ministério Público estadual. A mesa virtual contou com a presença dos promotores de Justiça Tiago Quadros, coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf); Márcia Rabelo, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e Adolescente (Caoca); e João Paulo de Carvalho, coordenador do Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos (Nucciber). “O ambiente digital é muito utilizado pelos adolescentes para se comunicarem, por isso precisamos ser muito eficientes na defesa dos direitos dessa parcela da população”, destacou a promotora de Justiça Márcia Rabelo.

A palestra de abertura foi ministrada pela professora associada da Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul, Rosane Leal da Silva. “Precisamos superar os determinismos. Não há uma plataforma boa ou ruim. Depende da forma e do tempo de uso, se tem acompanhamento parental ou não, entre outros fatores”, destacou. Ela falou também sobre o decálogo dos direitos das crianças e adolescentes na internet do Unicef, que inclui o direito ao acesso à informação e à tecnologia, o direito de não ser explorado comercialmente e o direito ao desenvolvimento pessoal e à educação, que resulte num ganho intelectual e cognitivo.

Fonte: Cecom MP

[▶ Veja a matéria completa](#)





MP participa da inauguração do Complexo Integrado de Escuta Protegida em Vitória da Conquista

Membros do Ministério Público Estadual participaram da inauguração do Complexo Integrado de Escuta Protegida realizada em Vitória da Conquista, na última sexta-feira, dia 27. Representando a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, estiveram presentes no evento a coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca), promotora de Justiça Márcia Sandes, e o coordenador do Centro Operacional Criminal (Caocrim), promotor de Justiça André Lavigne. Também acompanhou a inauguração o Juiz da 1ª Vara Criminal Especializada da Infância e da Juventude, da comarca de Salvador, Arnaldo José Lemos.

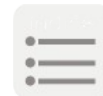
A cerimônia contou, também, com as presenças da ministra Damares Alves, da Mulher, Família e Direitos Humanos, e João Roma, da Cidadania, além da participação de autoridades municipais, estaduais, federais e, por vídeo, da Rainha Sílvia, da Suécia. A promotora de Justiça Márcia Sandes salientou o importante papel do Complexo Integrado no acolhimento humanizado de crianças e adolescentes e destacou que o modelo entregue pela Prefeitura de Vitória da Conquista contempla o primeiro do Nordeste completamente em consonância com a lei 13.431/2017.

Fonte: Cecom MP



[Veja a matéria completa](#)





Acordo do MP com a Prefeitura de Candeias viabiliza primeira Casa Lar do município

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Mariana Meira, acompanhou, nesta quarta-feira, 1º de setembro, a inauguração da primeira Casa Lar no município de Candeias, destinada ao acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou destituídas do poder familiar. O serviço de acolhimento é resultado de um acordo judicial realizado entre a Prefeitura de Candeias e o MP, que viabilizou a assinatura de um termo de cooperação entre a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social do Município com as Aldeias Infantis SOS.

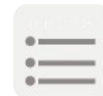
A Casa Lar tem por objetivo assistir jovens de 0 à 18 anos incompletos, que perderam e/ou que estão em risco de perder o cuidado de suas famílias, por terem sofrido maus tratos, negligências, abandono ou viverem em situações de risco. Antes da efetivação do serviço, as crianças e adolescentes assistidos eram encaminhados para abrigos em Salvador, e, agora, elas poderão ser acompanhadas na própria cidade. Sete crianças sob cuidados na capital já devem ser transferidas para o novo abrigo nas próximas semanas.

Para a promotora de Justiça Mariana Meira, da Promotoria de Infância de Candeias, é de suma importância que o jovem assistido permaneça em sua cidade para melhor contato com a Rede de Proteção e Sistema de Justiça.

Fonte: Cecom MP



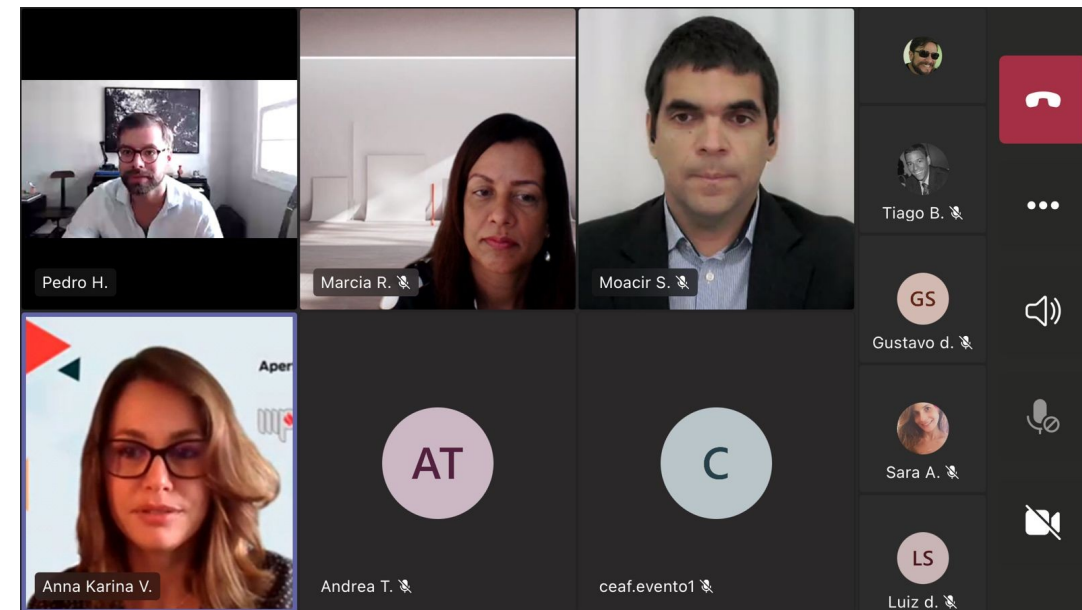
[Veja a matéria completa](#)



Curso no MP promove debate sobre estratégias para combater o trabalho infantil artístico no ambiente digital

A exposição excessiva da imagem de crianças e adolescentes com intuítos mercadológicos foi o foco do debate que aconteceu hoje, dia 13, no Ministério Público estadual, durante o segundo módulo do Curso de Capacitação na Defesa de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital, transmitido em videoconferência, por meio da plataforma Teams. “A ideia desse curso de capacitação vem de um plano estratégico do Centro de Apoio da Criança e do Adolescente (Caoca) de aperfeiçoar a atuação dos promotores de Justiça na defesa de direitos de crianças e adolescentes no ambiente digital”, salientou a coordenadora do Caoca, promotora de Justiça Márcia Rabello Sandes, que destacou o fato de que, atualmente, as crianças e adolescentes passam uma parte cada vez maior do seu tempo nos ambientes digitais, o que se intensificou com a pandemia. “Isso aumentou a nossa preocupação em estarmos nesses ambientes para desenvolvermos a nossa atuação e o nosso olhar de proteção também nas condutas praticadas neles”, salientou. “É preciso refletir sobre as características de uma relação de trabalho na internet, envolvendo crianças e adolescentes, para a partir daí traçarmos estratégias de atuação do MP na defesa das crianças e adolescentes que se encontram nessa situação”, afirmou a coordenadora do Caoca na abertura do curso, que teve como mediadoras as promotoras de Justiça Anna Karina Omena Vasconceos Senna e a procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT), Andréa de Sá Roriz Tannus Freitas.

Fonte: Cecom MP



[Veja a matéria completa](#)

MP encerra curso de capacitação com debate sobre crimes cibernéticos contra criança e adolescente

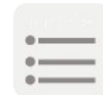
Os principais dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que regulam questões criminais envolvendo a internet e esse público como vítima estiveram no centro do debate realizado hoje, dia 20, na conclusão do Curso de Capacitação em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital, transmitido por videoconferência, por meio da plataforma Teams. Com a participação e membros e servidores de Ministérios Públicos de diversos estados do País com atuação na área, o curso foi desenvolvido pelos Centros de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), de Apoio Operacional na Defesa da Criança e do Adolescente (Caoca) e de Apoio Operacional Criminal (Caocrim), juntamente com o Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos (Nucciber). O módulo de encerramento foi conduzido pelo professor da Escola Superior do Ministério Público e promotor de Justiça no MP de São Paulo, Rogério Sanches Cunha.

O palestrante analisou e discutiu pontos polêmicos da legislação, a exemplo da conduta de persecução penal a ser adotada nos casos em que a produção de material pornográfico é feita pelo próprio adolescente para compartilhamento consensual com amigos ou mesmo parceiros adultos, apontando as implicações criminais dessa conduta para os que recebem, armazenam ou compartilham esse material. Outro ponto de debate foi a competência de julgamento desses crimes. “Há casos em que o crime deverá ser deslocado para a Justiça Federal e há outros em que ele deve permanecer no âmbito estadual”, frisou Rogério, chamando atenção ainda para a questão das requisições de quebra de confidencialidade de dados que precisam ser feitas às plataformas de conteúdo, com suas sedes em outros países do mundo, e como gerenciar a competência nesses casos, apresentando alternativas de investigação para essas situações polêmicas.

Fonte: Cecom MP

[Veja a matéria completa](#)





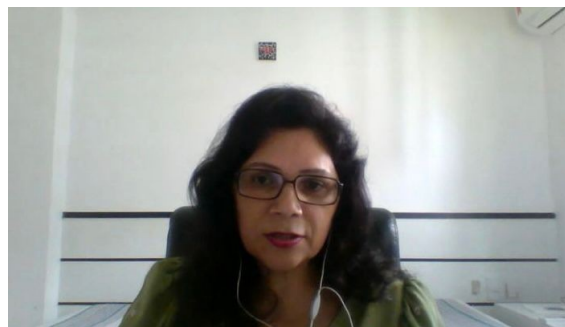
MP lança guia de apoio funcional sobre atenção em saúde mental de crianças e adolescentes

Um 'Guia de apoio funcional para garantia da atenção em saúde mental das crianças e adolescentes em uso abusivo de substâncias psicoativas' foi lançado pelo Ministério Público estadual nesta quinta-feira, dia 30, durante a última jornada do 'I Fórum Interdisciplinar em Saúde Mental', que debateu o tema 'Sofrimento psíquico e transtorno mental: Estratégias para enfrentamento na pandemia e no cuidado com a criança e o adolescente'. O evento contou com as palestras dos psiquiatras Ivan de Souza Araújo e Ivete Maria Santos Oliveira.

"O guia tem a intenção de orientar. Trata-se de um material de fácil acesso para auxiliar os promotores de Justiça a entenderem a responsabilidade de cada ente na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes. Nosso objetivo é cada vez mais aprimorarmos nossos conhecimentos na área de saúde mental e entender bem como funcionam os serviços de atendimento aos jovens em sofrimento psíquico, para que possamos cumprir nossa missão constitucional de garantir os direitos dessa população", explicou a promotora de Justiça Márcia Rabelo, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca).

Márcia Rabelo fez a abertura da jornada, com os promotores de Justiça Tiago Quadros, coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf); Edvaldo Vivas, coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH); e Patrícia Kathy Medrado, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Saúde (Cesau). O evento contou ainda com a mediação dos promotores de Justiça Carlos Martheo e Leila Adriana Vieira Seijo de Figueiredo, coordenadora do Centro de Apoio às Promotorias Cíveis, Fundações e Eleitoral (Caocife).

Fonte: Cecom MP



Notícias

PJBA:

PJBA TEM ROTEIRO INICIAL PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETO-PILOTO DE DEPOIMENTO ESPECIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FAZEM PARTE DE COMUNIDADES TRADICIONAIS



O Poder Judiciário da Bahia (PJBA) está fazendo parte da construção de um projeto-piloto para depoimento especial de crianças e adolescentes de povos tradicionais. O Tribunal baiano já possui roteiro especial, do qual participam as Comarcas de: Santo Amaro, com os Quilombolas; Cachoeira, com povos de terreiro; e Eunápolis, com os ciganos.

Conforme informações do Ministério da Cidadania, os povos de comunidades tradicionais são os “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

O objetivo dos projetos-piloto é buscar a estruturação de um protocolo de atendimento e de realização do depoimento da criança/adolescente vítima ou testemunha de violência.

“Cachoeira é destaque nacional pelo considerável número de instituições religiosas de raiz afro, as quais têm suas virtudes, seus ensinamentos, suas condutas e regras culturais, além do uso de palavras, expressões e dialetos. Assim, estando a Comarca ‘conectada’ a esta realidade, melhor promoverá o trabalho judicante necessário”, explica o Juiz José Francisco Oliveira de Almeida.

Fonte: ASCOM PJBA com informações do CNJ

Fotos: Luiz Silveira/CNJ



[Veja a matéria completa](#)

CASAL REALIZA “ADOÇÃO NECESSÁRIA” DE DUAS CRIANÇAS; CONFIRA A HISTÓRIA E ADOTE TAMBÉM

Imagine chegar em casa, depois de um dia cansativo de trabalho, e ser recebido na porta por duas crianças, cheias de amor para dar, e te chamando de “pai”. Para Agnaldo Sobral, essa é a parte mais prazerosa de ter adotado, junto com sua esposa, as meninas Suiany, 10 anos, e Júlia, 8 anos.

Para Iara, o mais prazeroso da decisão que eles tomaram após 10 anos de casados é “ser chamada de mãe toda hora, rir das coisas que aprontam, ser um apoio de confiança, onde elas podem contar pra tudo, proteger, cuidar e ensinar”. O casal, residente na Comarca de Jaguarari, adotou as crianças em março deste ano. As meninas são irmãs biológicas, estavam na Comarca de Camaçari, e se encaixam no perfil de “adoção necessária” (devido à idade e por uma delas ser pessoa com deficiência).

As chamadas “adoções necessárias” se referem àquelas menos praticadas, que envolvem crianças maiores de 7 anos, além de grupos de irmãos e de crianças/adolescentes com deficiência ou de raça/etnia distinta daquela dos adotantes. Ou seja, as crianças e adolescentes que se enquadram nas adoções necessárias dizem respeito àquelas que não correspondem ao perfil desejado pela maioria dos pretendentes inscritos no cadastro de adoção.

O Poder Judiciário da Bahia (PJBA), apoia decisões como a de Iara e Agnaldo, pois conscientizar as pessoas a escolherem as crianças com o coração e incentivar as “adoções necessárias” é um objetivo do Tribunal.

Em fevereiro deste ano, a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) e a Universidade Corporativa (Unicorp) do Judiciário baiano promoveram o Curso de Preparação à adoção – “Nasce uma Família”. A capacitação é um dos passos para a adoção de uma criança ou adolescente, preconizados pela Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fonte: ASCOM PJBA



[Veja a matéria completa](#)

Notícias CNMP:

Comissão do CNMP apoia curso para elaboração de manual sobre o sistema educativo e a proteção do adolescente

Começou na última segunda-feira, 27 de setembro, e prosseguiu até ontem, dia 28, o curso on-line de formação e lançamento preliminar do manual “O sistema socioeducativo e a proteção do adolescente”.

A abertura do evento, que prossegue nos dias 4 e 5 de outubro, foi realizada pelo presidente da Comissão da Infância, Juventude e Educação do Conselho Nacional do Ministério Público (Cije/CNMP), conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr.

Destinado a membros do Ministério Público convidados, o curso é promovido em parceria entre a Cije, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC/ONU); a Comissão Permanente da Infância e Juventude (Copeij), vinculada ao Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE); e o Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e Adolescência (Proinfância).

Nos quatro encontros da capacitação, serão abordados os temas “o Ministério Público e a Justiça Juvenil”; “os processos decisórios do Ministério Público no sistema socioeducativo”; e “o Ministério Público na execução das medidas socioeducativas”.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social /CNMP

[Veja a matéria completa](#)

Resolução do CNMP retoma o envio dos relatórios de inspeção relativos às medidas socioeducativas e entidades de acolhimento

Foi publicada nesta terça-feira, 21 de setembro, no Diário Eletrônico do CNMP, a Resolução CNMP nº 239/2021. A norma estabelece a retomada da obrigatoriedade de os membros do Ministério Público enviarem os relatórios das inspeções realizadas nas unidades para cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, entidades de acolhimento de crianças e de adolescentes e programas municipais de execução das medidas socioeducativas em meio aberto.

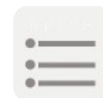
Aprovada, por unanimidade, durante a 13ª Sessão Ordinária de 2021, realizada em 14 de setembro, a proposta foi apresentada pelo conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr.(foto), que preside a Comissão da Infância e Juventude (Cije).

Conforme estabelece a resolução, os relatórios referentes às inspeções de setembro de 2021 devem ser enviados para validação da Corregedoria-Geral da respectiva unidade do Ministério Público, mediante sistema informatizado disponível no sítio do CNMP, até o dia 30 de novembro deste ano.

Além disso, ficaram definidos que a prorrogação do prazo de envio dos relatórios é válida somente para o ano de 2021 e que não será exigido pelo CNMP o envio dos relatórios referentes às inspeções realizadas no ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social /CNMP

[Veja a matéria completa](#)



CNMP lança Panoramas Nacionais Socioeducativo e do Serviço de Acolhimento

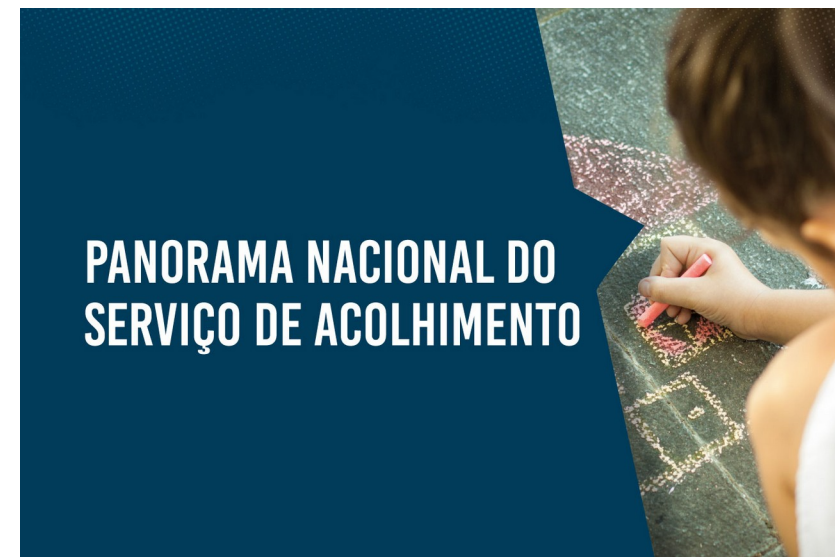
Durante a 11ª Sessão Ordinária do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), realizada nesta terça-feira, 10 de agosto, o conselheiro e presidente da Comissão da Infância, Juventude e Educação (Cije), Otavio Luiz Rodrigues Jr., anunciou o lançamento, para acesso público, do Panorama Nacional Socioeducativo e do Panorama Nacional do Serviço de Acolhimento.

Os dados disponibilizados em agosto, em celebração ao mês dedicado à Primeira Infância, utilizam o formato de relatório business intelligence (BI) e podem ser acessados na página da Cije, no Portal do CNMP.

Segundo Otavio Rodrigues (foto à direita), “a partir do acesso aos dados de maneira sistematizada, será possível ao Ministério Público adotar diretrizes de atuação com base no retrato de sua realidade sem perder de vista a situação nacional. As informações e as estatísticas também serão úteis aos gestores nacionais, estaduais e municipais, como também aos profissionais que atuam diretamente nos serviços de acolhimento e aos que prestam o atendimento socioeducativo”.

O presidente da Cije lembrou ainda que o formato BI examina os dados e fornece relatórios analíticos, mapas e quadros comparativos entre as unidades da federação.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social /CNMP



Notícias

CNJ:

Tribunal acreano estimula adoção tardia e de quem precisa de atenção especial



A palavra adoção deriva do latim adoptio, que significa dar a alguém o verdadeiro nome ou pôr o nome em uma pessoa, retratando assim o significado de acomodar alguém. No mundo jurídico, a adoção é o ato de criar parentesco civil, gerando laços e filiação entre as pessoas envolvidas.

A coordenadora estadual de Proteção à Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargadora Regina Ferrari, destaca a importância de sensibilizar a sociedade para adoção especial e adoção tardia. “Há crianças que precisam de uma família, mas não se encaixam na maioria dos perfis cadastrados, por terem mais de seis anos de idade ou alguma deficiência.”

Sobre a adoção especial, a psicóloga do Núcleo de Assistência Técnica da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Rio Branco, Rutilena Tavares destaca que “adotar crianças e jovens que necessitam de atenção especializada exige dedicação e disposição em cuidar, ao mesmo tempo em que traz recompensas imensuráveis para quem tem esse desejo. Além disso, essa é a modalidade que leva menos tempo de espera por parte dos pretendentes habilitados”.

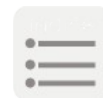
No Brasil, as pessoas pretendentes aguardam anos na fila à espera de bebês ou crianças com tenra idade. Por isso, há uma disparidade entre o perfil das crianças idealizadas com as disponíveis no acolhimento institucional.

Fonte: Agência CNJ de Notícias

Fotos: TJPE



[Veja a matéria completa](#)



Vara da Infância em Pernambuco conclui processo de adoção em um dia

Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o processo de adoção deve durar, no máximo, 120 dias – prorrogáveis uma vez, pelo mesmo período. Dependendo do perfil das pessoas postulantes à adoção e do perfil das crianças aptas, esse prazo pode ser encurtado de forma significativa, como ocorreu no último dia 31 de agosto, quando a Vara da Infância e Juventude de Paulista (PE) concluiu a adoção de dois irmãos – uma garota de 4 anos e um garoto de 7 anos – logo no dia seguinte ao ingresso do processo no Judiciário pernambucano.

Nesse dia, o juiz Ricardo de Sá Leitão Alencar Júnior e a equipe da unidade do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) realizaram a audiência por videoconferência com o casal interessada, Ana Paula e Marcelo. Em seguida, o magistrado já proferiu a sentença na audiência, oficializando a adoção das crianças em tempo recorde.

“O processo durou um dia: intimamos o casal por WhatsApp, realizamos audiência por videoconferência e publicamos a sentença na própria audiência. Normalmente, conseguimos concluir um processo de adoção no prazo de 60 a 90 dias. Neste caso, pudemos agilizar dessa forma porque o casal adotante foi vinculado às crianças, provisoriamente, pelo Sistema Nacional de Adoção, ano passado”, explicou o juiz.

Fonte: Agência CNJ de Notícias

Notícias

STJ:

STJ determina processamento de pedido de adoção personalíssima apresentado por parentes colaterais por afinidade

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu recurso especial e determinou o processamento de uma ação de adoção personalíssima proposta por casal que alegou ser parente da criança, pois os dois seriam tios por afinidade de sua mãe biológica (de acordo com o processo, a genitora é filha da irmã da cunhada do homem do casal).

No curso da ação, a criança chegou a ser recolhida em abrigo e foi objeto de diferentes decisões judiciais que ora a colocavam sob a proteção de uma família substituta, ora a mantinham sob a guarda provisória dos adotantes – prevalecendo, no âmbito do STJ, o direito de permanência da criança com os adotantes.

Ao cassar o acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e a sentença que extinguiu a ação de adoção, o colegiado considerou, entre outros elementos, a existência de relação de afetividade entre a criança e os adotantes, a comprovação de que não houve burla ao Cadastro Nacional de Adoção e a possibilidade de interpretação extensiva da noção legal de família.

Fonte:STJ

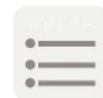
Acesso aos autos de apuração de ato infracional exige finalidade justificada e destinação específica

Embora o artigo 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proíba a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito à apuração de atos infracionais, essa regra não é absoluta, sendo possível o acesso aos autos caso o peticionante comprove interesse e apresente justificativa válida para obter certidões ou documentos do processo.

O entendimento foi estabelecido pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao deferir a uma mãe a extração de cópias de documentos contidos nos autos de apuração de ato infracional cometido pela filha contra ela própria. Os documentos devem ser utilizados pela mãe, exclusivamente, para a instrução de ação de deserdação contra a filha.

Relatora do recurso em mandado de segurança, a ministra Laurita Vaz explicou que, embora o artigo 143 seja a regra geral, o artigo 144 do ECA prevê hipóteses em que pode haver acesso aos autos caso sejam demonstrados interesse jurídico e finalidade específica no pedido.

Fonte:STJ



Uso de nome afetivo antes da conclusão da adoção requer prova científica de benefícios para a criança

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, acolheu recurso do Ministério Público de Minas Gerais para restabelecer decisão que não admitiu a utilização do nome afetivo pleiteada pelos adotantes antes da sentença de mérito na ação de adoção.

Em decisão inédita no colegiado, os ministros entenderam que a concessão de tutela antecipatória para permitir o uso do nome afetivo por criança sob a guarda provisória de adotantes exige a realização de estudo psicossocial, para avaliar se o novo nome trará ao menor um benefício efetivo que seja superior ao eventual prejuízo decorrente do insucesso da adoção.

De acordo com a ministra Nancy Andrighi, cujo voto prevaleceu no julgamento, para que se admita essa modificação do nome do adotando é necessário ter cautela e, principalmente, apoio técnico e científico.

Fonte:STJ

Crianças, abrigos e famílias: como o STJ enxerga o acolhimento institucional

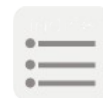
O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 1º, preconiza a doutrina da proteção integral e impõe a observância do melhor interesse do menor. Esse princípio, que orienta tanto o legislador quanto o aplicador da lei, estabelece a primazia das necessidades infanto-juvenis como critério de interpretação da norma jurídica, ou mesmo como forma de elaboração de políticas e solução de futuras demandas.

Segundo a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nancy Andrighi, nas ações que envolvem interesse da infância e da juventude, não são os direitos dos pais ou responsáveis que devem ser observados. "É a criança que deve ter assegurado o direito de ser cuidada pelos pais ou, ainda, quando esses não manifestam interesse ou condições para tanto, pela família substituta, tudo conforme balizas definidas no artigo 227 da Constituição Federal, que seguem estabelecidas nos artigos 3º, 4º e 5º do ECA", afirmou.

Fonte:STJ



Projetos/ Ações Estratégicas



PROJETO INFÂNCIA EM PRIMEIRO LUGAR

O CAOCA, através do Projeto Infância e Primeiro Lugar e em parceria com o CAOPAM, realizou no período o **Curso de Capacitação em Orçamento, Fundos e Controle de Políticas Públicas na área da Infância e Juventude**, visando o aperfeiçoamento funcional para o acompanhamento da destinação de recursos públicos do orçamento e dos Fundos da Infância e Juventude para a implementação de políticas públicas em favor de crianças e adolescentes.

No dia 30/07/2021, foi realizado o **I Módulo** do curso, contando com participação da FUNDAÇÃO ABRINQ e apresentação de experiência exitosa na implementação do OCA – Orçamento Criança e Adolescente no município de Belo Horizonte/MG.

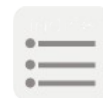
No dia 20/08/2021, aconteceu o **II Módulo**, abordando as temáticas Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Noções Introdutórias ao Orçamento Público.

No dia 09/09/2021 o CAOCA, em parceria com o CAOPAM, finalizou o Curso de Capacitação em Orçamento, Fundos e Controle de Políticas Públicas na área da Infância e Juventude, realizando o **III Módulo**, com abordagem da atuação do Ministério Público no Orçamento Criança e Adolescente.

PROJETO TECENDO O AMANHÃ

Merece destaque no período a parceria do Projeto Tecendo o Amanhã com a organização humanitária internacional **ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL** na realização de oficinas nos dias 24, 27 e 31/08, visando oferecer subsídios teórico-práticos sobre o serviço de acolhimento familiar e para fomentar a construção do Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária e o Plano de Acolhimento.

A parceria estabelecida entre o Projeto Tecendo o Amanhã e a organização humanitária internacional ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL permitiu a continuidade das oficinas com municípios, realizadas nos dias 08/09, 15/09, 18/10 e 19/10, visando a implementação de Planos Municipais de Acolhimento e Serviço Família Acolhedora, contemplando 26 (vinte e seis) municípios selecionados pelo Projeto Tecendo o Amanhã a partir do monitoramento feito quanto à inexistência ou precariedade de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no estado.



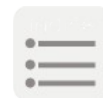
PROJETO CIDADÃO APRENDIZ

No dia 13/08/2021, foi realizada a **Roda de Conversa Aprendizagem e Trabalho Infantil: estratégias para uma atuação resolutiva**, apresentando experiências exitosas e parcerias possíveis para o enfrentamento ao trabalho infantil e fomento à oferta de aprendizagem em favor dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. Os debates contaram com a participação de representantes do MPBA, MPMG, MPT, SRT-BA, FUNTRAD-SETRE, empresas e organizações da sociedade civil

PLANO DE AÇÃO DA LEI DA ESCUTA

No período, foi efetuada a assinatura do **Termo de Cooperação** entre a Prefeitura de Vitória da Conquista, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Secretária de Segurança Pública para a implementação da Lei nº13.431/2017 no município de Vitória da Conquista, foi iniciado o **Curso de Capacitação** dos agentes que realizarão o depoimento especial, ministrado pelo CNJ e Childhood Brasil e inaugurado o Complexo de Escuta Protegida do município de Vitória da Conquista, que prestará atendimento qualificado e humanizado para crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência.

A Coordenadora do CAOCA passou a integrar, no mês de agosto, o Grupo de Trabalho da Lei nº13.431/2017 (GT Lei 13.431/2017) no âmbito da Comissão Permanente da Infância e da Juventude – COPEIJ do GNDH/CNPG, participando das reuniões para acompanhamento de iniciativas nesta temática em nível nacional.



PLANO DE AÇÃO DEFESA DOS DIREITOS NO AMBIENTE DIGITAL

Foi organizado pelo gerente do Plano de Ação o **Curso de Capacitação em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital** em três módulos de dois turnos, alternando-se o turno matutino de aulas teóricas com o vespertino de oficinas práticas.

No dia 30/08/2021, foi realizado pelo CAOCA, em parceria com o NUCCIBER/CAOCRIM, o **I Módulo**, abordando o conteúdo eletrônico violador dos direitos da infância e da juventude e . Está em fase de elaboração um kit de peças acerca da temática, visando agilizar a atuação dos membros nas demandas que envolvam violações de direitos em ambiente digital.

Foi finalizado o **Curso de Capacitação em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital**, promovido pelo CAOCA em parceria com NUCCIBER/CAOCRIM, sendo realizados os II e III módulos nos dias 13 e 20/09, respectivamente, abordando a exploração do trabalho infantil artístico em redes sociais e crimes cibernéticos praticados contra crianças e adolescentes .

PLANO DE AÇÃO DEFESA DA SAÚDE MENTAL E ENFRENTAMENTO AO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Foi promovido o **I Fórum Interdisciplinar em Saúde Mental**, em ação conjunta do CESAU, CAODH, CAOCA e CAOCIFE, nos dias 02, 16, 23 e 30 de setembro, mês dedicado às campanhas de prevenção do suicídio (Setembro Amarelo), em referência ao Dia Mundial de Prevenção do Suicídio (10/09). Os encontros viabilizaram o debate interdisciplinar para temas voltados ao cuidado com a saúde mental, implicações jurídicas e a atuação do Ministério Público.

No mês de setembro, houve o lançamento pelo CAOCA do **Guia de Apoio Funcional para a garantia da atenção à saúde mental de crianças e adolescentes em uso abusivo de substâncias psicoativas**, destinado a aprimorar a atuação funcional dos(as) promotores(as) de justiça nesta seara e fomentar a articulação com as unidades da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, de modo a ampliar serviços de atenção à saúde para crianças e adolescentes com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.



[Veja matéria completa](#)



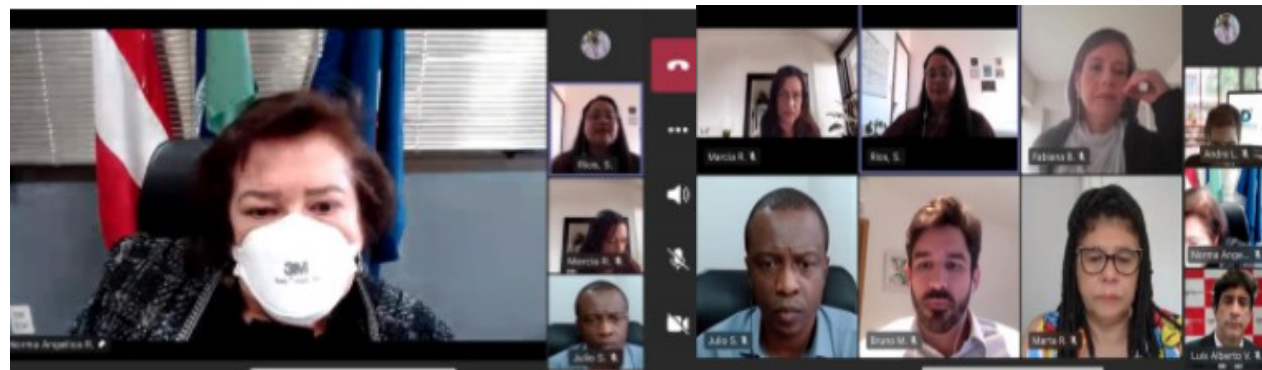
Cursos/Eventos/Reuniões

No dia 23/07, o Ministério Público, através do CAOCA e da Promotoria da Infância e Juventude de Camaçari, participou de reunião promovida pelo Ministério Público do Trabalho MPT, colaborando no acompanhamento dos Termos de Cooperação firmados entre o MPT e organizações da sociedade civil de Camaçari, mediante intermediação do CMDCA, para uso de recursos oriundos de indenizações judiciais em projetos sociais do município de Camaçari, nas áreas da assistência social, aprendizagem e educação, visando amenizar os impactos da pandemia na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

The image shows a Zoom meeting interface. At the top, a notification states: "A gravação foi iniciada. Esta reunião está sendo gravada. Ingressando, você dá consentimento para que esta reunião seja gravada. Pol... Ignorar". The meeting grid contains several participants: ANA CAROLINE DE JESUS MONTEIRO DOS SANTOS, Liliane Apito (Convidado), Fábio Urbanovick- CEZA (Convidado), RAQUEL ALVES, Aline Barros (Convidado), Andrea Joao (Convidado), Marcelo Araújo (Convidado), Maria Ubajareida Carvalho (Convidado), and Romulo Barreto de Almeida. A large blue banner on the right side of the screen reads: "PROJETO REDE MOBILIZA CAMAÇARI" with the CEZA logo. Below the banner, it says: "O CEZA CONVIDA VOCÊ PARA CELEBRAR CONOSCO A ENTREGA DAS CESTAS PARA A COMUNIDADE DE VILA DE ABRANTES NO DIA 27/08 A PARTIR DAS 08:00". At the bottom of the banner, there are logos for CMDCA, CEZA, CADI, Ministério Público Estado da Bahia, and Aldeias Infantis SOS Brasil.



No dia 06/07/2021, a Procuradora Geral de Justiça deu posse aos membros do **Comitê Interinstitucional de Prevenção de Homicídios de Crianças, Adolescentes e Jovens de Salvador**, institucionalizado pelo Ato nº513/2018 da Procuradoria-Geral de Justiça com o propósito de articular ações junto aos órgãos municipal e estadual do Sistema de Garantia de Direitos e sociedade civil, visando a prevenção de homicídios de crianças, adolescentes e jovens na cidade de Salvador/BA. As articulações para a reativação do Comitê foram realizadas, em parceria, pelo CAOCA, CAOCRIM e CEOSP.



[Veja a matéria completa](#)

No dia 13/07/2021, o Ministério Público, através da Coordenação do CAOCA, realizou a entrega de 398 livros de literatura infantil ao **Projeto 'Livros que Voam'**, na sede do CAB. A iniciativa solidária é conduzida pelo promotor de Justiça Raimundo Moinhos, pelo tenente-coronel da Casa Militar do Governador Ivan Antônio dos Santos e pelo piloto de helicóptero do Governo da Bahia, major da Polícia Militar, Eduardo Luiz Silva. Os livros são destinados a crianças e adolescentes de comunidades carentes do estado



[Veja a matéria completa](#)

No dia 13/07/2021, foi assinado pela Procuradora-Geral de Justiça, em evento realizado no Gabinete da Presidência do TJBA, o **Acordo de Cooperação Técnica** com a Prefeitura de Vitória da Conquista, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça da Bahia e Secretaria de Segurança Pública, visando o funcionamento do **Complexo de Escuta Protegida e a implementação da Lei nº13.431/17 no município de Vitória da Conquista**, iniciativa que viabilizará atendimento qualificado e humanizado para crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência.



[Veja a matéria completa](#)

No dia 13/07/2021, o Ministério Público, através da Promotora de Justiça Anna Karina Omena Vasconcellos Senna, em atuação na 7ª Promotoria da Infância e Juventude -1º PJ de Salvador, participou da Sessão da Câmara de Vereadores de Salvador em celebração ao **31º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**.



Nos dias 13 e 28/07, o Ministério Público, através da Coordenação do CAOCA, participou de *lives* em homenagem ao aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, com os seguintes temas:

Dia 13/07, *live* “**31 Anos do ECA: O que comemorar?**”, promovida pelo CMDCA e Conselho Tutelar de Salvador/BA.

Dia 28/07, *live* “**As implicações da pandemia para a efetivação da proteção integral de crianças e adolescentes: desafios e perspectivas**”, promovida pelo CMDCA de Poçoões/BA.



Veja a matéria completa

No dia 30/07/2021, foi realizado pelo CAOCA, através do Projeto Infância em Primeiro Lugar, em parceria com o CAOPAM, o **I Módulo do Curso de Capacitação em Orçamento, Fundos e Controle de Políticas Públicas na área da Infância e Juventude**, contando com participação da FUNDAÇÃO ABRINQ e apresentação de experiência exitosa na implementação do OCA – Orçamento Criança e Adolescente no município de Belo Horizonte/MG.

➡ [Evento disponível aqui](#)

➡ [Veja matéria completa](#)



9h

ABERTURA

Tiago de Almeida Quadros
Promotor de Justiça e Coordenador do CEAF

Millen Castro Medeiros de Moura
Gerente do Projeto Infância em Primeiro Lugar e membro do Grupo de Trabalho, Articulação e Monitoramento Infância Juvenil – GTI do CAOCA

9h10

ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE E SUA METODOLOGIA

Fernando Gonçalves Marques | Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo/USP, com título de Mestre em Ciência Política pela USP; Graduado em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); Líder do Programa Prefeito Amigo da Criança da Fundação Abrinq

10h10

A EXPERIÊNCIA DO ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE: OCA NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG

Thiago Alves da Costa | Subsecretário de Direitos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte/MG; Filósofo; Especializando em Poder Legislativo e Políticas Públicas; Servidor do Ministério da Fazenda da União; Ex-Conselheiro Estadual de Direitos Humanos

11h10

DEBATES, PERGUNTAS E RESPOSTAS

Mediadores:
Millen Castro Medeiros de Moura e Rafaela Silva Carvalho
Promotores de Justiça e membros do Grupo de Trabalho, Articulação e Monitoramento Infância Juvenil – GTI do CAOCA

12h

ENCERRAMENTO

Márcia Rabelo Sandes
Promotora de Justiça e Coordenadora do CAOCA
Frank Monteiro Ferrari
Promotor de Justiça e Coordenador do CAOPAM

No dia 02/08/2021, a Coordenação CAOCA participou da abertura do **Curso de Capacitação na Lei nº13.431/2017, promovido pela Prefeitura de Vitória da Conquista, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Childhood Brasil**, visando a formação e aperfeiçoamento dos agentes que atuarão no Complexo de Escuta Protegida, para fim de realização do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência.



No dia 04/08/2021, o Ministério Público, através da Coordenação do CAOCA, participou da Sessão Especial da Câmara de Vereadores de Salvador sobre o tema **“Construção e Impacto do ECA no município de Salvador”**, promovida pela Câmara de Vereadores em parceria com o FETIPA - Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente.



**RODA DE CONVERSA APRENDIZAGEM
E TRABALHO INFANTIL:
ESTRATÉGIAS PARA UMA ATUAÇÃO RESOLUTIVA**

No dia 13/08/2021, foi realizada pelo CAOCA, através do Projeto Cidadão Aprendiz, a **Roda de Conversa Aprendizagem e Trabalho Infantil: estratégias para uma atuação resolutiva**, apresentando experiências exitosas e parcerias possíveis para o enfrentamento ao trabalho infantil e fomento à oferta de aprendizagem em favor dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. Os debates contaram com a participação de representantes do MPBA, MPMG, MPT, SRT-BA, FUNTRAD-SETRE, empresas e organizações da sociedade civil .

➡ [Evento disponível aqui](#)

➡ [Veja a matéria completa](#)

PROGRAMAÇÃO

9h ABERTURA

Tiago de Almeida Quadros
Coordenador do CEAF

Karine Campos Espinheira
Gerente do Projeto Cidadão Aprendiz e membro do Grupo de Trabalho, Articulação e Monitoramento Infância Juvenil – GTI do CAOCA

RODA DE CONVERSA

9h10 Marcio Rogério de Oliveira | Promotor de Justiça / MPMG

9h20 Tais Arruti e Antonio Ferreira
Auditores Fiscais do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho – SRT

9h30 Andrea Tannus e Ilan Fonseca
Procuradores do Trabalho, Ministério Público do Trabalho – PRT 5ª Região

9h40 Eline Abreu
Coordenadora de Recursos Humanos, Empresa Paraguaçu Engenharia

9h50 Maria Amélia Sampaio Góes e Jo Anne da Costa Silveira
Promotoras de Justiça/ MPBA

10h Maria Helena Brasileiro | Coordenadora do Instituto Imbassaí

10h10 Ana Carla Brito | Coordenadora FUNTRAD – SETRE

10h20 INTERAÇÃO

Mediadoras:

Anna Karina Omena Vasconcellos Senna e Karine Campos Espinheira
Promotoras de Justiça MPBA

11h ENCERRAMENTO

Marcia Rabelo Sandes | Coordenadora do CAOCA

No dia 20/08/2021, foi realizado pelo CAOCA, através do Projeto Infância em Primeiro Lugar, em parceria com o CAOPAM, o **II Módulo do Curso de Capacitação em Orçamento, Fundos e Controle de Políticas Públicas na área da Infância e Juventude**, abordando as temáticas Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Noções Introdutórias ao Orçamento Público.

[Evento disponível aqui](#)



MODULO II – 20/08/2021

9h ABERTURA

Tiago de Almeida Quadros | Coordenador do CEAF

Márcia Rabelo Sandes | Coordenadora do CAOCA

9h10 FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Luciana Calado Ferreira | Promotora de Justiça do MPRJ

Mediação: Millen Castro Medeiros de Moura | Promotor de Justiça do MPBA e Gerente do Projeto Infância em Primeiro Lugar

11h30 INTERVALO

14h NOÇÕES INTRODUTÓRIAS AO ORÇAMENTO PÚBLICO

Carlos Henrique Harper Cox | Promotor de Justiça do MPRN

Mediação: Monia Lopes de Souza Ghignone | Promotora de Justiça do MPBA

16h30 ENCERRAMENTO

Frank Monteiro Ferrari – Coordenador do CAOPAM

Tiago de Almeida Quadros – Coordenador do CEAF

No dia 27/08/2021, a Coordenação do CAOCA, juntamente com o CAOCRIM, participou da solenidade de inauguração do **Complexo de Escuta Protegida do município de Vitória da Conquista**, que prestará atendimento qualificado e humanizado para crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência.



➔ [Evento disponível aqui](#)

➔ [Veja a matéria completa](#)

No dia 30/08/2021, foi realizado pelo CAOCA, em parceria com o NUCCIBER/CAOCRIM, o **I Módulo do Curso de Capacitação em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital**, abordando o conteúdo eletrônico violador dos direitos da infância e da juventude e alternando o turno matutino de aula teórica com o vespertino de oficina prática.



Dia 30/08/21 – MÓDULO I

9h ABERTURA

Tiago de Almeida Quadros | Coordenador do CEAF
Marcia Rabelo Sandes | Coordenadora do CAOCA
João Paulo de Carvalho da Costa | Coordenador do NUCCIBER

9h10 CONTEÚDO ELETRÔNICO VIOLADOR DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Rosane Leal da Silva | Professora associada da Universidade Federal de Santa Maria/RS nos cursos de Graduação e Mestrado em Direito
 Graduada em Direito pela Universidade da Região da Campanha; Mestrado em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria; Doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina na área de Direito, Estado e Sociedade, com pesquisa sobre criança e adolescentes na sociedade informacional.

12h Intervalo para Almoço

14h OFICINA COM ABORDAGEM PRÁTICA EM:

- Técnicas básicas para coleta de dados disponíveis em redes sociais
- Instrumentos de atuação cível do Ministério Público
- Alcance do art. 19 do Marco Civil da Internet

João Bernardo Guimarães Aversa | Diretor da Divisão Especial de Inteligência Cibernética do MPRJ

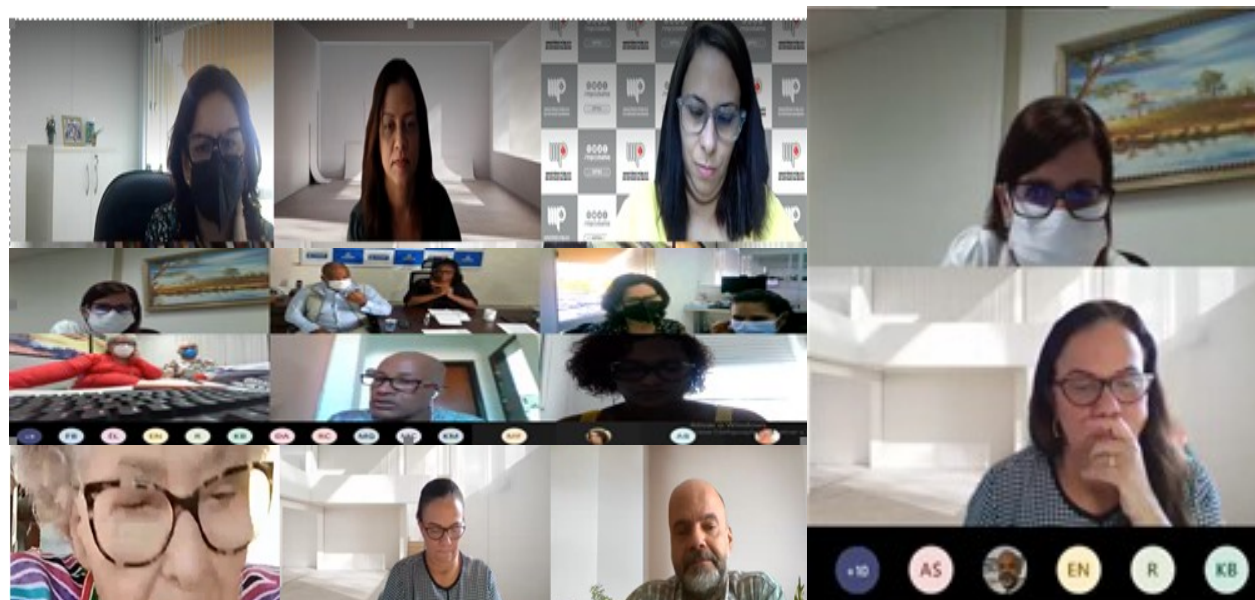
Mediadores:
Moacir Silva do Nascimento Júnior | Promotor de Justiça MPBA
Márcia Rabelo Sandes | Coordenadora do CAOCA

16h ENCERRAMENTO

➔ [Veja a matéria completa](#)



No dia 31/08/2021, foi realizada reunião com a 1ª Promotoria de Direitos Humanos da Capital – 4º Promotor de Justiça, titularizada pela Drª Marcia Regina Ribeiro Teixeira, contando com a participação das coordenações do CAOCA, CESAU e CAOCIFE, tendo como pauta o **Fluxo para Atendimento de Adolescentes Trans em Salvador**.



Nos dias 01 e 02/09, a Coordenadora do CAOCA participou do **1º Encontro do Sistema de Justiça- A Prioridade do Acolhimento Familiar**, promovido pelo CNMP e CNJ.

No dia 28/09, a Coordenadora do CAOCA participou, na qualidade de debatedora, do 2º Encontro Online de Acolhimento Familiar do **ENAFAM**.

Nos dias 02, 16, 23 e 30/09, foram realizados encontros no **I Fórum Interdisciplinar em Saúde Mental**, promovido em ação conjunta do CESAU, CAODH, CAOCA e CAOCIFE no mês dedicado às campanhas de prevenção do suicídio (Setembro Amarelo), em referência ao Dia Mundial de Prevenção do Suicídio (10/09). Os encontros viabilizaram o debate interdisciplinar para temas voltados ao cuidado com a saúde mental, implicações jurídicas e a atuação do Ministério Público.

➡ [Veja Notícias sobre o I Fórum Interdisciplinar](#)

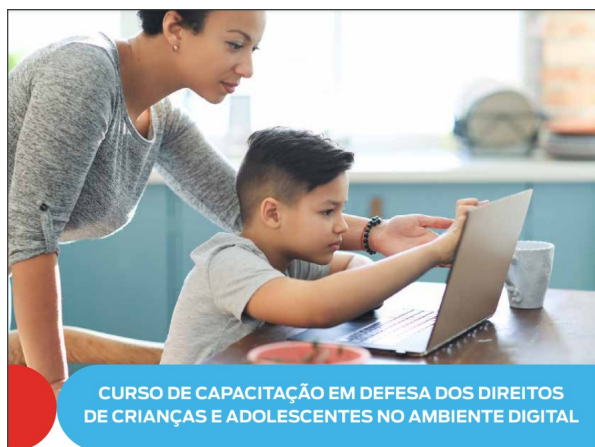
➡ [Veja Notícias sobre o I Fórum Interdisciplinar](#)

➡ [Veja Notícias sobre o I Fórum Interdisciplinar](#)

➡ [Veja Notícias sobre o I Fórum Interdisciplinar](#)



No dia 09/09, o CAOCA, através do Projeto Infância e Primeiro Lugar e em parceria com o CAOPAM, finalizou o **Curso de Capacitação em Orçamento, Fundos e Controle de Políticas Públicas na área da Infância e Juventude**, realizando o **III Módulo**, com abordagem sobre a Atuação do Ministério Público no Orçamento Criança e Adolescente.

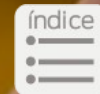


➔ [Veja a matéria completa](#)

Foi concluído o **Curso de Capacitação em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital**, promovido pelo CAOCA em parceria com NUCCIBER/CAOCRIM, sendo realizados os II e III módulos nos dias 13 e 20/09, respectivamente, abordando a exploração do trabalho infantil artístico em redes sociais e crimes cibernéticos praticados contra crianças e adolescentes.

- ➔ [Veja a matéria sobre o Módulo I](#)
- ➔ [Veja a matéria sobre o Módulo II](#)
- ➔ [Veja a matéria sobre o Módulo III](#)

Expediente



Procuradora-Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CAOCA

Coordenadora
Márcia Rabelo Sandes

Equipe
Alina Oliveira
Gabriela Kanitz
Glória Corrêa
Patrícia Nepomuceno
Patrícia Santana
Sara Oliveira



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CAOCA
5ª Avenida, nº750, Sala 128, Centro Administrativo da Bahia (CAB), Salvador - BA | Brasil
CEP 41.745-004
Tel.: (71) 3103-0357 | E-mail: caoca@mpba.mp.br



Edições Anteriores
Clique aqui